

# Entrega de lotes acaba em dezembro

Somente no final de dezembro o Governo do Distrito Federal deverá concluir a distribuição de lotes semi-urbanizados à população de baixa renda. A decisão, anunciada oficialmente ontem pelo governador Joaquim Roriz, amplia por 60 dias o prazo para toda a implantação do programa de assentamento de favelados e inquilinos de fundo de quintal. O adiamento deve-se principalmente à falta de energia elétrica e água para a entrega de novos lotes em Samambaia.

O governador pretende contar até o próximo dia 30, com cerca de dez mil lotes já demarcados em Samambaia, e pensa até em entregar os terrenos para depois levar ao local a urbanização que estiver faltando. Roriz também desmentiu a declaração do diretor-executivo da Fundação, Williams Cavalcante, de que o atraso no programa de assentamento está sendo causado pela demora na produção de novos lotes pela Secretaria de Viação e Obras.

Como está ocorrendo muita reação por parte das famílias que ainda não receberam lotes, Roriz pretende reunir neste final de semana todas as lideranças comunitárias para tentar diminuir a tensão entre a população que ainda não foi assentada.

# Cobrança de impostos poderá ser em BTN

Tributos e taxas públicas pagos ao Governo do Distrito Federal poderão ser emitidos, a partir do ano que vem, em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), conforme proposta encaminhada ontem ao Senado Federal pelo governador Joaquim Roriz. O objetivo é minimizar o efeito inflacionário sobre os tributos em via de arrecadação e sobre os débitos parcelados ou inscritos na dívida ativa, mas não existem cálculos a respeito do aumento de receita que será proporcionado pela medida.

De acordo com o secretário de Finanças do GDF, Ozias Monteiro, com a utilização do BTN fiscal para emissão de tributos pelo GDF o contribuinte vai pagar mais caro para cada dia de atraso do pagamento do imposto, seja Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI) ou taxas como a de limpeza urbana (TLP), por exemplo. O BTN já vem sendo usado pelo Departamento de Trânsito (Detran) e pela própria Secretaria de Finanças na arrecadação do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e IVVC.

## Correção

Desde a implantação do Plano

Verão o Governo do Distrito Federal está perdendo dinheiro na arrecadação de tributos. Até janeiro, os impostos atrasados eram corrigidos pela OTN fiscal, diariamente, mas com a extinção deste indexador, passou-se a utilizar o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que possui correção apenas mensal. Ozias Monteiro afirmou que a adoção da BTN pelo GDF apenas uniformiza o procedimento local com a União e os demais Estados, alguns com BTN indexando tributos há alguns meses.

## Prazos menores

A Secretaria de Finanças está estudando também a redução dos prazos para recolhimento do ICMS, ainda sem data prevista para implantação. Atualmente, os estabelecimentos comerciais têm 20 dias e as indústrias 40 dias para recolher o tributo, mas este período deve diminuir para evitar especulação com o dinheiro que legalmente já pertence aos cofres públicos. O secretário do Governo, Celsius Lodder, defende menores prazos e betenização dos impostos "porque, se não for assim, o empresário passa a aplicar o dinheiro no "over", desvirtua seu negócio e começa a funcionar como agente financeiro".

# Professores já têm plano no Senado

O Plano de Carreira dos professores da Fundação Educacional do Distrito Federal foi encaminhado ontem ao Senado pelo governador Joaquim Roriz. Ele espera desta forma evitar a deflagração de uma nova greve da categoria, que não gostou da proposta de ascensão funcional do Governo e faz amanhã, às 9h00, no estádio Mané Garrincha, uma assembléia para decidir pela paralisação ou não das aulas a partir de segunda-feira.

Roriz lembrou que a adoção de um Plano de Carreira do magistério era o único item pendente para o cumprimento integral do acordo assinado com os professores em junho, após uma greve de 55 dias. A diretora da Fundação Educacional, Malva Queiroz, afirmou que todas as 84 reivindicações aprovadas em junho estão sendo respeitadas e que em caso de paralisação, poderá pedir a ilegalidade da greve, por estar atualmente em vigência o acordo coletivo de trabalho.